

7 DEZ 1983
JORNAL DA TARDE
Novas idéias sobre o problema da dívida

O discurso de posse do novo presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, não chegou a surpreender os banqueiros norte-americanos, europeus e japoneses. Acostumados à retórica dos governantes da América Latina, eles já esperavam a tradicional promessa, feita em tom ameaçador, de que o crescimento econômico terá prioridade sobre o pagamento da dívida. Isso não quer dizer, contudo, que os banqueiros estão tranquilos em relação aos prováveis desdobramentos da política mexicana para a dívida externa, que certamente exercerá influência sobre o Brasil, a Argentina e a Venezuela.

O México, assim como os demais devedores, quer reduzir o estoque da dívida e limitar os pagamentos anuais de juros e amortizações a uma pequena porcentagem do Produto Interno Bruto. "Transferir ao Exterior 5% do nosso PIB todos os anos é insustentável", disse Salinas num tom de voz muito conhecido de brasileiros e argentinos, que já viram esse filme antes. O novo governo mexicano também procura encontrar uma solução definitiva para a questão da dívida.

É lógico que num continente ainda marcado pela miséria da maioria dos seus habitantes e por um subdesenvolvimento político gritante as palavras do presidente mexicano acabaram tendo enorme repercussão, da Argentina agitada pela sublevação de parte de seus militares ao Brasil, onde o bem-sucedido Partido dos Trabalhadores (PT) esboça um programa econômico que tem como um dos seus principais itens a diminuição da dívida ou o simples calote. E todo mundo sabe que o futuro presidente da Venezuela, Carlos Andres Perez, também pretende rediscutir a dívida com os credores, a exemplo do que anuncia o México.

A situação dos devedores é dramática e a dos credores, ao contrário do que se pensa, está muito longe de ser tranquila, como revela um artigo do conhecido jornalista Tom Wicker, do **The New York Times**. O México, segundo Wicker, "não tem nenhuma esperança de voltar à prosperidade geral, já que paga todo ano US\$ 9 bilhões de juros incidentes sobre sua dívida externa de US\$ 104 bilhões. O desembolso, que corresponde a 40% da receita do país com exportações, pode significar futuramente — para o México e para outros países latino-americanos em situação mais ou menos idêntica — transtornos sociais e **perda da democracia**" (o grifo é nosso).

Ora, se o jornalista Tom Wicker está preocupado com o México, que é produtor de petróleo e tem um projeto de desenvolvimento associado aos Estados Unidos, como comprova o recente empréstimo-ponte de US\$ 3,5 bilhões feito pelo Tesouro dos EUA por razões exclusivamente políticas, o que ele estará pensando do Brasil com uma inflação de 1.000% ao ano (sabe Deus até quando) ou da Argentina, cujos militares rebelados adicionam um complicador à difícil situação da economia?

Naturalmente, como o artigo mencionado reconhece, esses problemas dos devedores não são nada confortáveis para os banqueiros. Alguns dos maiores bancos "não vêem perspectivas de recuperar o montante total dos empréstimos e a falta de cumprimento das obrigações dos países devedores da América Latina pode ameaçar a estabilidade das instituições financeiras dos EUA. Isso não menos preocupante: enquanto os devedores continuarem sobrecarregados, suas economias serão incapazes de fazer as importações que contribuiriam para melhorar a situação do vultoso déficit comercial dos Estados Unidos".

O jornalista do **Times** coloca essas premissas apenas para demonstrar que é necessário encontrar uma solução para o problema da dívida, uma solução que é do interesse de credores e devedores e que, por isso mesmo, deveria merecer maior empenho por parte do presidente eleito dos EUA, George Bush.

Economistas, ministros de Estado, banqueiros e todos os demais interessados na questão da dívida estão fartos de saber que a chamada rolagem dos compromissos, tal como foi feita recentemente pelo Brasil, em virtude da irresponsável moratória do PMDB, não passa de uma forma de agravar o problema. A outra solução proposta pelo governo norte-americano — o Plano Baker — defendia a concessão de novos empréstimos com juros menores para ajudar os devedores. Essa idéia, no entanto, acabou não dando os resultados esperados em razão da queda dos preços dos bens exportados pelos devedores.

Um documento recente preparado pelos ex-presidentes Gerald Ford e Jimmy Carter, membros de uma comissão bipartidária, para o futuro presidente George Bush, afirma que a dívida requer uma decisão imediata e lembra que, em 1980, as nações ricas transferiram US\$ 35 bilhões para as nações pobres, mas hoje existe uma transferência anual líquida de US\$ 30 bilhões das nações pobres para as ricas...

Enfim, como já tivemos oportunidade de comentar em nossos editoriais, a cada dia fica mais madura uma solução inovadora para o velho problema do endividamento dos países em desenvolvimento. Ela interessa aos Estados Unidos e a outros países desenvolvidos, pois a eles de nada adianta uma América Latina estagnada economicamente e ameaçada pelo totalitarismo de esquerda ou pela ditadura de direita. Só os radicais que se recusam a ver as transformações ocorridas na economia mundial nas últimas décadas ainda acreditam que a pobreza dos países em desenvolvimento serve aos interesses inconfessáveis do "imperialismo" dos ricos. Pois é justamente para evitar essa demagogia barata dos radicais que o governo do futuro presidente George Bush deverá agir sem demora na área da dívida, desarmando os canhões verbais desses inimigos da democracia.

Ou seja, logo os radicais precisarão encontrar outra bandeira para a sua cansativa pregação ideológica, pois a dívida está próxima, muito próxima, de uma solução real.